



A Santa Sé

MENSAGEM

DE SUA SANTIDADE

JOÃO PAULO II

PARA A CELEBRAÇÃO DO

XXXVIII DIA MUNDIAL DA PAZ¹ DE JANEIRO DE 2005 NÃO TE DEIXES VENCER PELO MAL

VENCE ANTES O MAL COM O BEM 1. No início do ano novo, volto a dirigir a minha palavra aos responsáveis das nações e a todos os homens e mulheres de boa vontade, que sentem como é necessário construir a paz no mundo. Escolhi como tema para o Dia Mundial da Paz de 2005 a exortação de São Paulo na Carta aos Romanos: « *Não te deixes vencer pelo mal, vence antes o mal com o bem* » (12,21). O mal não se derrota com o mal: de facto, por aí, *em vez de vencermos o mal, somos por ele derrotados*. A perspectiva delineada pelo grande Apóstolo põe em evidência uma verdade fundamental: a paz é o resultado de uma longa e árdua batalha, vencida quando o mal é derrotado com o bem. À vista dos dramáticos cenários de violentos combates fratricidas que têm lugar em várias partes do mundo, diante dos indescritíveis sofrimentos e injustiças que deles derivam, a única opção realmente construtiva é — como sugere ainda São Paulo — *aborrecer o mal e aderir ao bem* (cf. *Rm* 12,9). *A paz é um bem a ser promovido com o bem*: é um bem para as pessoas, as famílias, as nações da terra e toda a humanidade; mas um bem que deve ser conservado e cultivado mediante opções e obras de bem. Compreende-se assim a verdade profunda de outra asserção de Paulo: « *Não torneis a ninguém mal por mal* » (*Rm* 12,17). O único modo de sair do círculo vicioso do mal pelo mal é acolher a palavra do Apóstolo: « *Não te deixes vencer pelo mal, vence antes o mal com o bem* » (*Rm* 12,21). **O mal, o bem e o amor**². Desde as origens, a humanidade conheceu a trágica experiência do mal e procurou encontrar as suas raízes e explicar-lhe as causas. O mal não é uma força anónima que age no mundo devido a mecanismos deterministas e impessoais. O mal passa através da liberdade humana. No centro do drama do mal e constantemente relacionado com ele está precisamente esta faculdade que distingue o homem dos demais seres vivos sobre a terra. *O mal tem sempre um rosto e um nome*: o rosto e o nome de homens e mulheres que o escolhem livremente. A Sagrada Escritura ensina que, nos inícios da história, Adão e Eva se revoltaram contra Deus e que Abel foi morto pelo irmão Caim (cf. *Gn* 3-4). Foram as primeiras escolhas erradas, às quais se seguiram tantas outras ao longo dos séculos. Cada uma delas traz em si uma *essencial conotação moral*, que implica concretas responsabilidades por parte do sujeito e põe em questão as relações fundamentais da pessoa com Deus, com as outras pessoas e com a criação. Visto nas suas componentes mais profundas, *o mal é, em última análise, um trágico esquivar-se às exigências do amor*⁽¹⁾. O bem moral, pelo contrário, nasce do amor, manifesta-se como amor e é orientado ao amor. Este argumento é particularmente evidente para o cristão, pois sabe que a participação no único Corpo místico de Cristo coloca-o em particular relação não somente com o Senhor, mas também com os irmãos. A lógica do amor cristão, que no Evangelho constitui o coração palpitante do bem moral, conduz, se levada às últimas consequências, até ao amor pelos inimigos: « *Se o teu inimigo*

tem fome, dá-lhe de comer; se tem sede, dá-lhe de beber » (Rm 12,20). A « **gramática** » da lei moral universal³.

Contemplando a situação actual do mundo, não se pode deixar de constatar uma impressionante difusão de *numerosas manifestações sociais e políticas do mal*: desde a desordem social à anarquia e à guerra, da injustiça à violência contra o outro e à sua supressão. Para orientar o seu próprio caminho entre as solicitações opostas do bem e do mal, a família humana tem urgente necessidade de valer-se do *património comum de valores morais* que o mesmo Deus lhe deu. Por isso, a quantos estão decididos a vencer o mal com o bem, São Paulo convida a *cultivar atitudes nobres e desinteressadas de generosidade e de paz* (cf. Rm 12,17-21). Há dez anos, falando à Assembleia Geral das Nações Unidas a propósito do empenho comum ao serviço da paz, insisti na referência à « **gramática** » da lei moral universal ⁽²⁾, evocada pela Igreja em muitos dos seus pronunciamentos sobre esta matéria. Inspirando valores e princípios comuns, essa lei une os homens entre si, apesar da diversidade das suas culturas, e é imutável: « Subsiste sob o fluxo das ideias e dos costumes e está na base do respectivo progresso. [...] Mesmo que se lhe neguem até os princípios, não é possível destruí-la nem tirá-la do coração do homem; ela ressurge sempre na vida dos indivíduos e das sociedades »⁽³⁾. 4. Comum a todos, esta *gramática da lei moral* exige comprometer-se sempre e com responsabilidade para que a vida das pessoas e dos povos seja respeitada e promovida. À sua luz não podem deixar de ser estigmatizados vigorosamente os males de carácter social e político que afligem o mundo, sobretudo provocados pela *eclosão da violência*. Neste contexto, como não pensar no amado *Continente Africano*, onde perduram conflitos que ceifaram e continuam a ceifar milhões de vítimas? Como não evocar a perigosa *situação da Palestina*, a Terra de Jesus, onde não se conseguem enlaçar, na verdade e na justiça, os fios da mútua compreensão rompidos por um conflito que, de dia para dia, atentados e vinganças alimentam de maneira preocupante? E que dizer do trágico fenómeno da *violência terrorista* que parece impelir o mundo inteiro para um futuro de medo e de angústia? Enfim, como não constatar com amargura que o *drama iraquiano* se prolonga, infelizmente, em situações de incerteza e de insegurança para todos? Para conseguir o bem da paz é necessário afirmar, com consciente lucidez, que a violência é um mal inaceitável e que nunca resolve os problemas. « A violência é uma mentira, porque se opõe à verdade da nossa fé, à verdade da nossa humanidade. A violência destrói o que ambiciona defender: a dignidade, a vida e a liberdade dos seres humanos »⁽⁴⁾. Por isso torna-se indispensável promover uma *grande obra educadora das consciências* que forme a todos, sobretudo às novas gerações, para o bem abrindo-lhes o horizonte do *humanismo integral e solidário* que a Igreja indica e deseja. Sobre estas bases, é possível criar uma ordem social, económica e política que tenha em conta a dignidade, a liberdade e os direitos fundamentais de cada pessoa. **O bem da paz e o bem comum**⁵. Para promover a paz, vencendo o mal com o bem, ocorre dedicar particular atenção ao *bem comum*⁽⁵⁾ e suas vertentes sociais e políticas. Com efeito, quando em todos os níveis se cultiva o bem comum, cultiva-se a paz. Poderá, por acaso, a pessoa realizar-se plenamente a si própria prescindindo da sua natureza social, ou seja, do seu ser « com » e « para » os outros? O bem comum diz-lhe directamente respeito; tem a ver intimamente com todas as formas expressivas da sociabilidade humana: a família, os grupos, as associações, as cidades, as regiões, os Estados, a comunidade dos povos e das nações. *Todos, de alguma forma, estão implicados no compromisso pelo bem comum*, na busca constante do bem dos outros como se fosse o próprio. Uma tal responsabilidade compete de modo particular à autoridade política, em qualquer nível da sua actuação, pois é chamada a criar aquele conjunto de condições sociais que consentem e favorecem, nos seres humanos, o desenvolvimento integral da sua personalidade⁽⁶⁾. O bem comum exige, pois, o respeito e a promoção da pessoa e dos seus direitos fundamentais, e bem assim o respeito e a promoção dos direitos da nações numa perspectiva universal. A tal propósito, diz o Concílio Vaticano II: « A interdependência, cada vez mais estreita e progressivamente estendida a todo o mundo, faz com que o bem comum [...] se torne hoje cada vez mais universal e que, por esse motivo, implique direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano. Cada grupo deve ter em

conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de toda a família humana »(7). O bem da humanidade inteira, inclusive para as futuras gerações, requer uma verdadeira cooperação internacional, para a qual cada nação deve oferecer a própria colaboração(8). Contudo, visões decididamente redutoras da realidade humana transformam o bem comum em simples *bem-estar sócio-económico*, privado de qualquer finalização transcendente, e esvaziam-no da sua mais profunda razão de ser. Mas o *bem comum* possui também uma *dimensão transcendente*, porque Deus é o fim último das suas criaturas(9). Além disso, os cristãos sabem que Jesus esclareceu plenamente a realização do verdadeiro bem comum da humanidade. A história avança para Cristo e n'Ele culmina: graças a Ele, por meio d'Ele e em vista d'Ele, toda a realidade humana pode ser levada ao seu pleno acabamento em Deus. **O bem da paz e o uso dos bens da terra**6. Estando o bem da paz estreitamente ligado ao desenvolvimento de todos os povos, é indispensável ter em conta as *implicações éticas do uso dos bens da terra*. O Concílio Vaticano II recordou oportunamente que « Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos segundo a regra da justiça, inseparável da caridade »(10). O facto de pertencer à família humana confere a cada pessoa uma espécie de *cidadania mundial*, tornando-a titular de direitos e de deveres, visto que os homens estão unidos por uma *comunhão de origem e de supremo destino*. Basta que uma criança seja concebida para que se torne titular de direitos, mereça atenção e cuidados e alguém tenha o dever de lhos providenciar. A condenação do racismo, a tutela das minorias, a assistência aos prófugos e refugiados, a mobilização da solidariedade internacional em favor de todos os necessitados não passam de aplicações coerentes do princípio da cidadania mundial.7. O bem da paz deve ser visto hoje em estreita relação com os *novos bens* que provêm do conhecimento científico e do progresso tecnológico. Também eles, por aplicação do princípio do destino universal dos bens da terra, devem *colocar-se ao serviço das necessidades primárias do homem*. Oportunas iniciativas a nível internacional podem dar plena actuação ao princípio do destino universal dos bens, garantindo a todos — indivíduos e nações — as condições básicas para participar no desenvolvimento. Isto tornar-se-á possível se se abaterem as barreiras e os monopólios que marginalizam tantos povos(11). Mais ainda, o bem da paz será melhor garantido se a comunidade internacional assumir, com maior sentido de responsabilidade, aquilo que normalmente é designado por *bens públicos*, ou seja, aqueles bens de que gozam automaticamente todos os cidadãos, mesmo sem terem feito uma concreta opção pelos mesmos. É o caso, a nível nacional, de bens como, por exemplo, o sistema judicial, o sistema de defesa, a rede viária por estrada ou caminho-de-ferro. No mundo actual plenamente atingido pelo fenómeno da globalização, são cada vez mais numerosos os bens públicos que assumem carácter global e, conseqüentemente, aumentam também, de dia para dia, os *interesses comuns*. Basta pensar na luta à pobreza, na busca da paz e da segurança, na preocupação pelas alterações climáticas, no controlo do contágio das doenças. A tais interesses, a comunidade internacional deve responder com uma rede sempre mais ampla de acordos jurídicos, capaz de *regulamentar o bom emprego dos bens públicos*, inspirando-se nos princípios universais da equidade e da solidariedade.8. Além disso, o princípio do destino universal dos bens permite enfrentar adequadamente o *desafio da pobreza*, tendo em conta sobretudo as condições de miséria em que vive ainda um bilião de seres humanos. A comunidade internacional propôs-se como objectivo prioritário, no início do novo milénio, reduzir para metade o número destas pessoas até ao ano 2015. A Igreja apoia e estimula este empenho e convida os fiéis crentes em Cristo a manifestar, de maneira concreta e em todos os âmbitos, um *amor preferencial pelos pobres* (12). O drama da pobreza está estreitamente ligado também com a questão da *dívida externa dos países pobres*. Não obstante os significativos progressos alcançados até agora, a questão ainda não encontrou uma solução adequada. Transcorreram quinze anos desde quando chamei a atenção da opinião pública para o facto de que a dívida externa dos países pobres « está ligada de maneira estreita com um grande número de outros problemas, tais como o do investimento estrangeiro, do justo

funcionamento das maiores organizações internacionais, do preço das matérias primas, e assim por diante »(13). Os recentes mecanismos para a redução das dívidas, mais preocupados com as exigências dos pobres, melhoraram sem dúvida a qualidade do *crescimento económico*. Mas este, por uma série de factores, é ainda quantitativamente insuficiente para se alcançarem os objectivos estabelecidos ao início do milénio. Os países pobres permanecem prisioneiros de um *círculo vicioso*: as baixas rendas e o lento crescimento limitam a poupança e, por sua vez, os fracos investimentos e o uso ineficaz da poupança não favorecem o crescimento.⁹ Como afirmou o Papa Paulo VI e eu mesmo reiterei, o único remédio realmente eficaz que permite aos Estados enfrentarem a dramática questão da pobreza é fornecer-lhes os recursos necessários mediante *financiamentos externos* — públicos e privados — concedidos em condições acessíveis, no quadro de relações comerciais internacionais equitativamente reguladas(14). Torna-se imperiosamente necessária uma *mobilização moral e económica* que seja, por um lado, respeitadora dos acordos assumidos em prol dos países pobres, mas, por outro, disposta a rever os acordos que a experiência tenha demonstrado excessivamente onerosos para certos países. Nesta perspectiva, é recomendável e necessário imprimir um novo impulso à *ajuda pública para o desenvolvimento* e explorar, apesar das dificuldades que este percurso possa apresentar, as propostas de novas formas de financiamento ao desenvolvimento(15). Alguns governos já estão estudando atentamente mecanismos promissores que apontam nesta direcção, iniciativas significativas que devem ser levadas por diante de forma autenticamente consertada e no respeito do *princípio de subsidiariedade*. Convém também controlar que a gestão dos recursos económicos destinados ao desenvolvimento dos países pobres siga escrupulosamente critérios de boa administração, tanto por parte dos doadores como dos destinatários. A Igreja anima e oferece a estes esforços a sua colaboração; basta citar, por exemplo, a preciosa contribuição dada através de numerosas entidades católicas de ajuda e de desenvolvimento.¹⁰ Na Carta apostólica *Novo millennio ineunte* publicada ao concluir o grande Jubileu do ano 2000, mencionei a urgência de uma nova *fantasia da caridade*(16) para difundir no mundo o Evangelho da esperança. Isto torna-se evidente particularmente quando nos abeiramos dos *numerosos e delicados problemas que obstaculizam o desenvolvimento do Continente Africano*: vejam-se os numerosos conflitos armados, as pandemias agravadas ainda pelas condições de miséria, a instabilidade política acompanhada por uma generalizada insegurança social. São realidades dramáticas que requerem um *caminho radicalmente novo para a África*: é necessário dar vida a *novas formas de solidariedade, a nível bilateral e multilateral*, com um empenho mais decidido de todos, plenamente cientes de que o bem dos povos africanos representa uma condição indispensável para alcançar o bem comum universal. Possam os povos africanos encarregar-se como protagonistas do seu próprio destino e desenvolvimento cultural, civil, social e económico! Cesse a África de ser apenas objecto de assistência, para se tornar sujeito responsável de decididos e produtivos intercâmbios! Para se alcançarem tais objectivos, é necessária uma nova cultura política, especialmente no âmbito da cooperação internacional. Desejo afirmar uma vez mais que a falta de cumprimento das reiteradas promessas relativas à *ajuda pública para o desenvolvimento*, a questão ainda aberta da pesada dívida internacional dos países africanos e a ausência de uma especial consideração para com eles nas relações comerciais internacionais, constituem graves obstáculos para a paz e, portanto, devem ser enfrentados e superados com urgência. Nunca apareceu tão determinante e decisiva como agora, para a realização da paz no mundo, a consciência da dependência entre países ricos e pobres, já que « o desenvolvimento ou se torna comum a todas as partes do mundo, ou então sofre um processo de regressão mesmo nas zonas caracterizadas por um constante progresso »(17). **Universalidade do mal e esperança cristã**¹¹. Diante de tantos dramas que afligem o mundo, os cristãos confessam com humilde confiança que só Deus torna possível ao homem e aos povos a superação do mal para alcançar o bem. Com a sua morte e ressurreição, Cristo nos redimiou e resgatou « por um grande preço » (1 Cor 6,20; 7,23), alcançando a salvação para todos. Com a sua ajuda, *a todos é possível vencer o mal com o bem*. Apoiado na

certeza de que o mal não prevalecerá, o cristão *cultiva uma indómita esperança*, que o sustenta na promoção da justiça e da paz. Apesar dos pecados pessoais e sociais que se verificam no agir humano, a esperança dá um impulso sempre renovado ao compromisso pela justiça e pela paz, juntamente com uma firme confiança na possibilidade de *construir um mundo melhor*. Se no mundo está presente e actua o « mistério da iniquidade » (2 Ts 2,7), não se deve esquecer que o homem redimido tem em si energias suficientes para contrastá-lo. Criado à imagem de Deus e redimido por Cristo que « Se uniu de certo modo a cada homem »(18), este pode cooperar activamente para o triunfo do bem. A acção do « Espírito do Senhor enche o universo » (Sab 1,7). Os cristãos, especialmente os fiéis leigos, « não devem esconder esta esperança no seu íntimo, antes, pela contínua conversão e pela luta “contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra os espíritos do mal” (Ef 6,12), manifestam-na também nas estruturas da vida secular »(19).¹² Nenhum homem, nenhuma mulher de boa vontade pode esquivar-se ao compromisso de lutar para vencer o mal com o bem. É uma batalha que se combate validamente somente com as armas do amor. *Quando o bem vence o mal reina o amor, e onde reina o amor reina a paz*. Tal é o ensinamento do Evangelho reproposto pelo Concílio Vaticano II: « A lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo, é o novo mandamento do amor »(20). Isto é certo também no âmbito social e político. A este respeito, o Papa Leão XIII escrevia que quantos têm o dever de prover ao bem da paz nas relações entre os povos devem alimentar em si e acender nos outros « a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes »(21). Os cristãos sejam testemunhas convictas desta verdade; saibam mostrar com a sua vida que o amor é a única força capaz de levar à perfeição pessoal e social, o único dinamismo que pode fazer evoluir a história para o bem e a paz. Neste ano dedicado à *Eucaristia*, os filhos da Igreja encontrem no *supremo Sacramento do amor* a fonte de toda a comunhão: comunhão com Jesus Redentor e, n'Ele, com todo o ser humano. É graças à morte e ressurreição de Cristo, tornadas sacramentalmente presentes em cada Celebração Eucarística, que somos salvos do mal e capazes de fazer o bem. Graças à vida nova que Ele nos deu, podemos reconhecer-nos irmãos para além de toda a diferença de língua, nacionalidade, cultura. Numa palavra, é graças à participação do mesmo Pão e do mesmo Cálice que podemos sentir-nos « família de Deus » e, juntos, contribuir específica e eficazmente para a edificação de um mundo baseado nos valores da justiça, da liberdade e da paz. Vaticano, 8 de Dezembro de 2004. **JOÃO PAULO**

II

Notas(1) A este respeito, S. Agostinho afirma que «dois amores fundaram duas cidades: o amor de si, levado até ao desprezo de Deus, gerou a cidade terrena; o amor de Deus, levado até ao desprezo de si, gerou a cidade celeste» (*De civitate Dei*, XIV, 28).(2) Cf. *Discurso no cinquentenário de fundação da ONU* (5 de Outubro de 1995), 3: *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 14 de Outubro de 1995), 491.(3) *Catecismo da Igreja Católica*, 1958.(4) João Paulo II, *Homilia em Drogheda*, Irlanda (29 de Setembro de 1979), 9: AAS 71 (1979), 1081.(5) Numa acepção ampla, por *bem comum* entende-se «o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição» (Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 26).(6) Cf. João XXIII, Carta enc. *Mater et magistra*: AAS 53 (1961), 417.(7) Const. past. *Gaudium et spes*, 26.(8) Cf. João XXIII, Carta enc. *Mater et magistra*: AAS 53 (1961), 421.(9) Cf. João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 41: AAS 83 (1991), 844.(10) Const. past. *Gaudium et spes*, 69.(11) Cf. João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 35: AAS 83 (1991), 837.(12) Cf. João Paulo II, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis*, 42: AAS 80 (1988), 572.(13) *Discurso aos participantes na Semana de Estudo da Pontifícia Academia das Ciências* (27 de Outubro de 1989), 6: *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 26 de Novembro de 1989), 590.(14) Cf. Paulo VI, Carta enc. *Populorum progressio*, 56-61: AAS 59 (1967), 285-287; JOÃO PAULO II, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis*, 33-34: AAS 80 (1988), 557-560.(15) Cf. João Paulo II, *Mensagem ao Presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz* (5 de Julho de 2004): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 17 de Julho de 2004), 365.(16) Cf. n. 50: AAS 93 (2001), 303.(17) João Paulo II, Carta enc.

Sollicitudo rei socialis, 17: AAS 80 (1988), 532.(18) Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 22.(19) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, 35.(20) Const. past. *Gaudium et spes*, 38.(21) Carta enc. *Rerum novarum: Acta Leonis XIII*, 11 (1892), 143; cf. Bento XV, Carta enc. *Pacem Dei*: AAS 12 (1920), 215.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana